

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

ADRIANA MARIA DA SILVA

**AS PERCEPÇÕES DOS ASSENTADOS/AS EM RELAÇÃO AO
DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL PROPORCIONADO PELO
ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ**

**Santo Antônio da Patrulha
2011**

ADRIANA MARIA DA SILVA

**AS PERCEPÇÕES DOS ASSENTADOS/ AS EM RELAÇÃO AO
DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL PROPORCIONADO PELO
ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Tecnólogo em Planejamento e Gestão Para o Desenvolvimento Rural

Orientador: Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Santo Antônio da Patrulha

2011

DEDICATÓRIA

Às minhas adoradas filhas Ana Laura e Maria Clara, razões do meu viver, pelos momentos de ausência no decorrer desta trajetória.

Ao meu querido esposo João Alessandro que sempre esteve ao meu lado me incentivando e me dando forças para seguir adiante.

À minha mãe, exemplo de mulher guerreira, que soube me transmitir os mais importantes valores da vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus;

Aos amigos e colegas Paulo, Denise, em especial, à minha amiga e colega Nelda pelos momentos de companheirismo durante a nossa caminhada;

À tutora e amiga Tetê pela disponibilidade e paciência com que sempre me acolheu;

Ao assentado Lourenço Silva da Silva, pela disponibilidade dispensada. Aos assentados Leonildo Zang e sua esposa Julieta, Jaime Bohnenberger e sua esposa Leni, José Claudemir Caleffi e Oscar Vivian pela hospitalidade com que nos receberam;

A todos os colegas, tutores, coordenação e funcionários do Pólo Universitário de Santo Antônio da Patrulha;

A todos os professores, tutores e equipe administrativa da UFRGS;

E a todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho se insere no eixo temático das políticas públicas e desenvolvimento rural, com foco para o desenvolvimento rural local. O objetivo deste estudo consiste em analisar a forma de contribuição dos/as assentados/as “Filhos de Sepé”, localizados em Viamão, RS, para o desenvolvimento rural local. O referido assentamento foi fundado em 1999, a partir da luta de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Assentamento Filhos de Sepé se sustenta em um Projeto de Desenvolvimento Sustentável através do qual agricultores/as assentados/as realizam experiências relacionadas à agricultura orgânica. A partir da identificação dos produtores assentados envolvidos no processo de produção de alimentos, foram realizadas entrevistas com um representante de cada setor produtivo do assentamento, ou seja, destacou-se representação do setor produtor de arroz, do setor gado leiteiro e do setor gado de corte, do setor produtor de frutas e hortaliças e entrevista referente à produção de plantas medicinais e prestação de serviços. Além disso, foram coletadas informações junto a bibliografias impressas, meios eletrônicos. Os depoimentos dos assentados Filhos de Sepé evidenciaram que o projeto de assentamento rural realizado em consequência da reforma agrária se constitui em fator gerador de emprego e renda, contribuindo para uma sociedade igualitária e justa.

Palavras-chave: políticas públicas e desenvolvimento rural; assentamento rural; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; reforma agrária.

ABSTRACT

The present paper deals with public politics and rural development focusing on the latter. The goal of this paper is to analyze the “Filhos de Sepe” settlement contribution for the local rural development in Viamão, in the state of Rio Grande do Sul.

This settlement was founded in 1999, by the Movement of Landless Workers (MST) militants' fight along with the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) .

The “Filhos de Sepé” settlement is supported by a Sustainable Development Project in which the settled farmers accomplish experiences related to organic agriculture.

From the settled producers identification involved in the food production process, interviews were made with a representative of each productive sector of the settlement, it means: rice producing, beef cattle, milk cattle, fruits and vegetables sectors representatives, and interviews related to medicinal plant growing as well as services.

Besides, information was collected from printed and electronic bibliographies. The “Filhos de Sepé” Settlers testimonies showed that the rural settlement project conducted due to Agrarian Reform constitute a factor that creates jobs and income contributing for a fairer and more equalitarian society.

Key Words: Public politics, rural development; rural setting; Movement of Landless Rural Workers; agrarian reform.

LISTA DE SIGLAS

AFISE	Associação Filhos de Sepé
ALCA	Área de Livre comércio das Américas
APA	Área de Preservação Ambiental
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MME	Ministério de Minas e Energia
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAC	Programa de Consolidação e Emancipação dos Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REAF	Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar do Mercosul
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. JUSTIFICATIVA.....	11
2.1 A ordem é ninguém passar fome.....	11
3. CARACTERIZAÇÃO.....	13
3.1 Sepé Tiaraju	13
3.2 Situando o assentamento Filhos De Sepé – Viamão.....	14
3.3 Águas Claras	17
4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	21
4.1 Desenvolvimento Rural.....	21
4.2 Pluriatividade	23
4.3 Estrutura Fundiária.....	24
4.4 Políticas públicas	27
4.5 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.....	30
5. METODOLOGIA	33
6. COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	34
6.1 Produtor de gado	39
6.2 Produtor de arroz	40
6.3 Cabeleireira, manicure, massagista e produtora de plantas medicinais.....	41
6.4 Produtor de leite	44
6.5 Produtor de frutas e hortaliças	46
6.6 Centro de convenções	48
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista no Assentamento Filhos de Sepé ..	55

1. INTRODUÇÃO

O estudo que segue busca entender a forma de contribuição dos/as assentados/as “Filhos de Sepé”, localizados em Viamão, para o desenvolvimento rural local. O assentamento Filhos de Sepé foi criado em 1998, levando este nome em homenagem a um dos maiores índios guerreiros da história do Rio Grande do Sul e um dos pioneiros na luta pela terra. Consiste em identificar os produtores assentados envolvidos no processo de produção de alimentos e de que forma a produção de alimentos orgânicos no assentamento contribui para o desenvolvimento econômico local.

Foram contempladas 376 famílias, num total de aproximadamente 1,5 mil pessoas assentadas, divididas em quatro setores sendo eles A, B, C e D. A área de terras destinada a cada assentado é de no máximo 16 hectares por família, sendo de meio até quatro hectares para instalações de moradia e o restante da área para produção. Os lotes para moradia e produção nem sempre estão juntos, em muitos casos encontram-se separados um do outro.

Os lotes do assentamento foram agrupados em quatro setores. A ocupação ocorreu espontaneamente, a medida que as caravanas de assentados iam chegando e se instalando nos lotes de terras que mais se adaptavam as suas atividades, enfim, foram se acomodando conforme chegavam. Desta forma, formaram-se, em termos de ocupação, os setores do assentamento. As caravanas partiam de diferentes municípios do Estado, como Santo Antônio das Missões, Cruz Alta, Ijuí, Passo Fundo, Missões, Cerro Largo, Santa Rosa, Porto Alegre entre outros.

Para a construção das casas de moradia o Governo Federal concedeu um valor de 2,5 mil reais para cada uma das 376 famílias assentadas. Recentemente foram liberados quase cinco milhões de reais para a reforma e melhoria nas moradias.

A organização social do assentamento é dividida em núcleos, onde são escolhidos os coordenadores e coordenadoras. Nos núcleos são discutidos assuntos como produção, escola, saúde, ações sociais, enfim, as necessidades do assentamento e dos assentados. No início de 2005, os assentados fundaram a

Associação Filhos de Sepé (AFISE), associação dos moradores do assentamento, responsável pelas ações junto ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e por ações junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Apesar de o assentamento ter sido criado há mais de 11 anos, o INCRA ainda não concedeu a escritura da terra aos assentados. O registro que os assentados possuem é uma carta de anuência, onde o assentado é dono da terra enquanto estiver trabalhando nela.

A produção dos setores do assentamento é bastante diversificada. Vai desde a produção de hortaliças, leite e seus derivados, fruticultura até a produção do arroz orgânico. A cultura de maior destaque no assentamento é a do arroz orgânico, que juntamente com a produção de frutíferas possuem selo orgânico. A plantação de arroz está fixada em uma área de banhado de 3,6 mil hectares. São plantados somente 1,6 hectares visando a preservação do banhado.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo entender como os assentados e assentadas “Filhos de Sepé”, localizados em Viamão contribuem com seu trabalho rural para o desenvolvimento rural local. Este objetivo terá desdobramentos como a identificação dos produtores/as assentados/as envolvidos no processo de produção de alimentos; identificar as práticas agroecológicas adotadas na produção de alimentos e, por fim, se identifica as formas de contribuição do trabalho dos/as assentados/as para o desenvolvimento rural local.

Para fins de organização, o texto deste trabalho terá seis capítulos. O primeiro capítulo é feito por esta introdução, no segundo faremos a justificativa pela escolha do tema, no terceiro capítulo será feito um breve histórico e caracterização do município de Viamão e do assentamento. Seguindo para o quarto capítulo faremos a revisão bibliográfica, seguida pela metodologia do trabalho. No sexto capítulo, discutiremos sobre a coleta e análise de dados.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 “A ordem é ninguém passar fome”

A justificativa para a elaboração do trabalho é mostrar um assentamento sob uma ótica imparcial, diferentemente do que a mídia nos mostra. Como em todos os setores da sociedade, em um assentamento rural também existe muitas diferenças, cada um utilizando seu saber, desenvolvendo aquilo que mais domina.

No assentamento rural Filhos de Sepé, o que podemos perceber é que a maioria dos assentados prioriza aquilo pelo qual sempre lutaram que é a terra para trabalhar e morar.

A fazenda desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destinada ao assentamento Filhos de Sepé, era composta por quatro sedes, sendo que todas elas tornaram-se comunitárias.

O casarão da fazenda tornou-se, como é chamado carinhosamente, o “centrão” do assentamento, transformado em um centro de eventos onde são realizadas atividades variadas do grupo, centro de formação que abriga encontros de diversos movimentos sociais e de estudantes de diversas escolas e universidades, de diferentes cidades, estados e países.

Destacamos a frase “A ordem é ninguém passar fome” situada em um painel



no centro de convenções do assentamento. Ela nos reporta à maior bandeira de luta pela reforma agrária, que é, em primeiro lugar, terra para produzir alimentos. E, por ser tão significativa para os assentados e para a autora deste trabalho, foi tomada como título para esta seção.

De acordo com o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no meio rural convivem imensas possibilidades com uma formação social e econômica que reproduz a pobreza rural e a exclusão social. Um dos elementos centrais desta

Ilustração 1: Painel do Centro de Convenções - Fonte: Adriana Silva

ordem injusta é a desigualdade no acesso a terra no Brasil, que é maior do que a desigualdade da distribuição de renda. O índice de Gini mede o grau de concentração, sendo que, zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta. Para o Brasil, o índice de distribuição de renda é 0,6 e para a concentração fundiária está acima de 0,8.

A elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural. (PNRA, 2004).

A Reforma Agrária é reconhecida como condição para a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e para a construção de uma nação moderna e soberana. Ela promove a geração de empregos e renda, a ocupação soberana e equilibrada do território, garante a segurança alimentar, promove e preserva tradições culturais e o meio ambiente, impulsiona a economia local e o desenvolvimento regional. (PNRA, 2004). A agricultura familiar através de uma ocupação equilibrada do território, com a sua multifuncionalidade e pluriatividade, impulsiona diferentes atividades econômicas e proporciona o desenvolvimento rural com sustentabilidade.

Colocar à disposição das famílias assentadas meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver dignamente, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e agregação de valor; construção de infraestrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização de acesso a direitos fundamentais.

A questão agrária no Brasil tem sido estigmatizada por interesses de alguns, omitindo dados e fatos importantes, distorcendo a importância das lutas destes movimentos sociais na busca da construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Além disso, a distribuição de terras, criando assentamentos rurais representa geração de empregos e renda, através produção de alimentos saudáveis, contribuindo para a segurança alimentar e a prática da democracia, proporcionando desenvolvimento com justiça social.

Atualmente, a problemática enfrentada pelas pessoas que passam fome, a necessidade de aumentar a produção de alimentos e a concentração de terra nas mãos de poucos é de conhecimento de todos. Assim, entende-se que a justiça social passa pela simplificação destes três grandes problemas e justifica, ao mesmo tempo, o olhar sobre o Assentamento Filhos de Sepé, com o propósito de destacar a contribuição de assentados/as para o desenvolvimento local.

A partir deste momento, o trabalho passa a dar destaque a aspectos históricos, geográficos locais e relacionados à identificação do assentamento.

3. CARACTERIZAÇÃO

3.1 Sepé Tiaraju

Um dos principais líderes dos índios pertencentes à etnia guarani foi o capitão Sepé Tiaraju (batizado com o nome latino cristão de Joseph). Índio guarani de São Miguel das Missões, Sepé Tiaraju, organizou estratégias de defesa para impedir o avanço dos exércitos português e espanhol na denominada Guerra Guaranítica¹, que ocorreu entre os anos 1754-56. “Este conflito inscreve-se no contexto histórico das demarcações de terras decorrentes da assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, que exigiu a retirada da população guarani dos territórios que ocupavam”. (www.campanhaguarani.org.br).

Sepé Tiaraju comandou milhares de nativos até ser assassinado em fevereiro de 1756. Foi assassinado em combate “contra o exército espanhol na batalha de Caiboaté, ocorrida no interior da cidade de São Gabriel, durante a invasão das forças inimigas às aldeias dos Sete Povos” (www.campanhaguarani.org.br). Para Lilian Marques (1998), Sepé Tiaraju “morto pelo governador de Montevideu, a 19 de fevereiro de 1756, entrou para a história como líder guerreiro” (p.16), para cultura,

¹ Guerra Guaranítica era a referência feita aos violentos conflitos que envolviam os índios guarani e as tropas espanholas e portuguesas no sul do Brasil após a assinatura de Madri (1750). Os guaranis de Sete Povos das Missões recusam-se a deixar suas terras no território do Rio Grande do Sul e a transferir-se para o outro lado do rio Uruguai, conforme ficara acertado no acordo de limites entre Portugal e Espanha. (www.portalsaofrancisco.com.br)

para a literatura², na devoção, como santo popular brasileiro³ e declarado "herói guarani missioneiro rio-grandense" pela Lei nº 12.366/05⁴.

E, Sepé Tiaraju é o nome que inspira a denominação do Assentamento Filhos de Sepé, localizado em Águas Claras, Viamão. A escolha do nome Filhos de Sepé, para o Assentamento, está relacionado à passagem dos assentados primeiramente pela região das Missões (Santo Antônio das Missões), região de atuação de Sepé Tiaraju. A escolha do nome se justifica, também, pelas lutas que enfrentaram para mostrar à comunidade que a causa do grupo era justa. Além disso, precisaram mostrar coragem, habilidade e equilíbrio nas negociações com o governo da época e no enfrentamento da sua força policial. Além dessas motivações, a inspiração para a escolha da identificação do assentamento está relacionada à luta que os/as agricultores/as e suas famílias empreendem pelo direito de produzir, pelo direito ao trabalho, pelo direito a alimentação com respeito à natureza, pelo direito a moradia. Enfim, as famílias que compõem o Assentamento Filhos de Sepé escolheram esta denominação para marcar que lutam pela distribuição justa dos bens da Terra.

3.2 Situando o assentamento Filhos De Sepé - Viamão⁵

² Serve como referência Basílio da Gama, através do poema O Uruguay (1769) e Érico Veríssimo, através do romance O tempo e o vento(1949).

³ Sepé Tiaraju não é considerado santo pela Igreja Católica, a referência relaciona-se a sua luta pela liberdade, justiça e democracia. Sua importância, no Rio Grande do Sul, é reconhecida através de identificação de rodovia (RS 344). A rodovia que possui 104 quilômetros, inicia em Porto Mauá, um município fronteiro com a Argentina, passa por Tuparendi, Santa Rosa, Giruá, Santo Ângelo e termina em Entre-Ijuís, no entroncamento com a BR-285. Na região central do Estado do Rio Grande do Sul, o município de São Sepé também lhe rendeu homenagem, escolhendo seu nome para identificação do município.

⁴ No dia 04 de novembro de 2005, foi publicada na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul a Lei 12.366/05, que traz em seu artigo 1º o texto "Fica declarado Sepé Tiaraju como Herói Guarani Missioneiro Rio-grandense". A promulgação da Lei ocorre em comemoração aos 250 (duzentos e cinquenta) anos da morte de Sepé Tiaraju que, através dela, foi inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, o nome de José Tiaraju, o Sepé Tiaraju, herói guarani missioneiro rio-grandense."

⁵ A origem do nome Viamão é muito controversa. Uma das versões é a de que, a certa altura do Rio Guaíba, pode-se avistar cinco afluentes (rios Jacuí, Caí, Gravataí, Taquari e dos Sinos), que formam uma mão espalmada. Daí a frase: "Vi a mão". Conforme alguns, seria originário do nome "Ibiamon", que significa "Terras de Ibias" (pássaros). Outros afirmam que seria uma passagem entre montes, o que chamavam de via-monte. E existe ainda o relato de que teria como origem o antigo nome da província de Guimarães, em Portugal: Viamara. (www.viamao.rs.gov.br)

Situado no município de Viamão, região metropolitana do Rio Grande do Sul, Filhos de Sepé é o maior assentamento do Estado, possuindo uma área aproximada de 9,5 mil hectares. Dentro do assentamento há uma área em torno de 2,5 hectares de Área de Preservação Ambiental (APA), de propriedade da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA).

O assentamento está inserido na APA do Banhado Grande, que atinge os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí e Viamão, compreendendo os banhados que formam o Rio Gravataí, responsável pelo abastecimento de indústrias dos mais diversos ramos, lavouras de toda a região da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, assim como a criação de gado, atividades de lazer e recreação.

Viamão é o maior município em extensão territorial da Metropolitana de Porto Alegre⁶, 1.497 Km² e o sétimo mais populoso do Estado do Rio Grande do Sul, com 239.234 habitantes (IBGE, 2011). O município de Viamão está 24 Km distante da capital, Porto Alegre e tem limite territorial os municípios de Alvorada, Capivari do Sul, Glorinha, Gravataí, Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha. A principal via de acesso é a rodovia RS-040.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000), o índice de desenvolvimento humano (IDH) é 0,808, considerado elevado pelo padrão de avaliação. Quanto ao produto interno bruto (PIB), o valor é de R\$ 1 728 600,488 mil e o PIB per capita é de R\$ 6 704,06 (IBGE, 2008)

No tocante aos aspectos históricos, convém destacar que no “século XVIII a região do atual estado do Rio Grande do Sul deixou de ser uma zona de passagem entre Laguna e a Colônia do Sacramento (atual cidade de Colônia no Uruguai). Considerando as terras propícias à pecuária e ao plantio, vários colonizadores se fixaram nelas.

No ano de 1725, Cosme da Silveira, filho de Antonio Silveira de Ávila, natural dos Açores, Portugal instalou-se nas cercanias do atual município de Viamão,

⁶ A Região Metropolitana de Porto Alegre, também conhecida como Grande Porto Alegre, reúne 32 municípios que são Alvorada, Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Mariana Pimentel, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sertão Santana e Viamão. (IBGE, 2011)

marcando o início do seu povoamento. Outro marco foi a chegada e fixação de residência de Francisco Carvalho da Cunha, em 1741 (fundação do município), no sítio Estância Grande, onde foi erguida a capela da Nossa Senhora da Conceição. A partir dos primeiros colonizadores, a chegada dos açorianos deu o impulso definitivo no povoamento da região. Em 1747 foi elevada à categoria de freguesia.

Com a invasão da cidade do Rio Grande, único porto marítimo e Capital da província, pelo espanhol Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires 1766, a sede do governo da capitania teve de ser transferida para Viamão. A cidade conservou-se como sede do governo até 1773. Nesta época, a sede foi transferida para Porto dos Casais (atual Porto Alegre), já que esta localidade tinha um porto, ainda que não marítimo, o que facilitava tanto a proteção do domínio - então ameaçado - português na própria região, quanto à preparação de uma possível retomada de Rio Grande. E o Porto de Viamão (Porto Alegre), de qualquer forma, era por onde saíam todas as mercadorias, dali para Rio Grande e de Rio Grande para todo (o resto) do Brasil. No ano de 1880, Viamão separou-se de Porto Alegre.

Em 1889, com o advento da República e a dissolução das Câmaras Municipais como sede do poder executivo local (municipal), é eleito seu primeiro prefeito, o Tenente-Coronel Tristão José de Fraga, que anteriormente já era o presidente da Câmara Municipal já mencionada. Seu segundo prefeito será o Coronel Felisberto Luiz de Barcellos.

A importância histórica e social de Viamão iniciou quando foi sede das primeiras estâncias de criação de gado. Os grandes rebanhos de gado e cavalos, que existiam na campanha do Rio da Prata, transitavam por Viamão para serem comercializados em Laguna (SC). (www.viamao.rs.gov.br)

No que se refere aos recursos hídricos, Viamão é um município que conta com as águas do Lago Guaíba e da Lagoa dos Patos, o que faz com que possua inclusive praias. Possui muitos lagos e lagoas, sendo o Lago Tarumã, está situado na área central da cidade. Além desses recursos, conta também com a Barragem do Saint Hilaire, uma das nascentes do Arroio Dilúvio (uma das divisas naturais entre Viamão e a capital, Porto Alegre) e o Arroio Fiuza.

Em termos ecológicos, Viamão mantém ainda mananciais de água limpa e a presença de vida selvagem no Parque Saint-Hilaire⁷, apesar urbanização bem próxima, o que representa ameaça constante a sua integridade. Além disso, Viamão, juntamente com os municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha, constituem a unidade de conservação de uso sustentável denominada Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande, criada em 1998.

3.3 Águas Claras

Águas Claras é um distrito localizado a leste da cidade-mãe, Viamão. Constitui-se em um espaço basicamente rural, responsável pela maior parte da produção agrícola do município. Além disso, é considerado polo econômico, que produz areia e basalto.

A década de 1990 foi marcada por eventos distintos e importantes para a localidade de Águas Claras. Durante os anos 1990 houve uma importante imigração Uruguaia que contribuiu com a economia e a cultura da região. Pela qualidade dos recursos hídricos, entre outros aspectos, Águas Claras atraiu para suas terras, em 1998, a fábrica de bebidas AmBev⁸. Além disso, em 1998 foi criada a unidade de conservação de uso sustentável denominada Área de Proteção Ambiental (APA) do Banhado Grande⁹, situada nos municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão. A APA agrega o conjunto de banhados formadores do Rio Gravataí: Banhado do Chico Lomã (Santo Antônio da Patrulha), Banhado dos Pachecos (Viamão), e Banhado Grande (Gravataí e Glorinha). (www.viamao.rs.gov.br).

De acordo com informações contidas no site da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, o local “apresenta alta biodiversidade de flora e fauna,

⁷ Seu nome homenageia o famoso viajante e pesquisador Auguste de Saint-Hilaire, que passou pelo Rio Grande do Sul no século XIX, descrevendo aspectos naturais e costumes regionais.

⁸ American Beverage Company, Companhia de Bebidas das Americas (AmBev), representa a fusão das cervejarias brasileiras Brahma e Antarctica, foi inaugurada, em Viamão, em 1998. Atualmente, a produção gaúcha abastece os três estados da região Sul - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. (www.ambev.com.br)

⁹ A APA do Banhado Grande foi criada pelo Decreto Nº. 38.971 de 23 de outubro de 1998.

sendo inclusive constatada a presença de espécies ameaçadas de extinção”. Segundo dados oficiais, “é o único local do Estado onde foi encontrado o cervo-do-pantanal”, além do “jacaré-de-papo-amarelo, que utiliza seus refúgios para nidificar e criar seus filhotes, o curiango-do-banhado, a noivinha-de-rabo-preto, a veste-amarela, o narcejão, a corruíra-do-campo e o maçarico-real”. O complexo do Banhado Grande apresenta relevância mundial para a conservação de aves do Rio Grande do Sul.

E, é na localidade de Águas Claras, no entorno do Banhado dos Pachecos que está inserido o Assentamento Filhos de Sepé, de responsabilidade do INCRA, denominado “Projeto de Assentamento Viamão”. Filhos de Sepé é o maior assentamento do Rio Grande do Sul, com 9.406 hectares, abrigando 376 famílias. Dadas as peculiaridades do local, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) oferece à comunidade subsídios para a preservação do ambiente natural aliada a melhoria das condições de vida humana.

Abaixo seguem os mapas do Rio Grande do Sul, com destaque para o Município de Viamão. Posteriormente segue o mapa do Município de Viamão e, na sequência, é apresentado o mapa do assentamento. Retomando alguns dados, O município de Viamão está 24 Km distante da capital, Porto Alegre. Viamão tem a seguinte posição: Latitude, 30°05'00" ao sul da linha do Equador e Longitude, 50°47'00" a Oeste de Greenwich. Localiza-se na confluência da RS 118 com RS 040. Ao Sul, Lagoa dos Patos; a Leste Capivari do Sul; a Oeste, Porto Alegre, a 24 km. (www.viamao.rs.gov.br)



Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul (destaque para o Município de Viamão)
Fonte: www.viamao.rs.gov

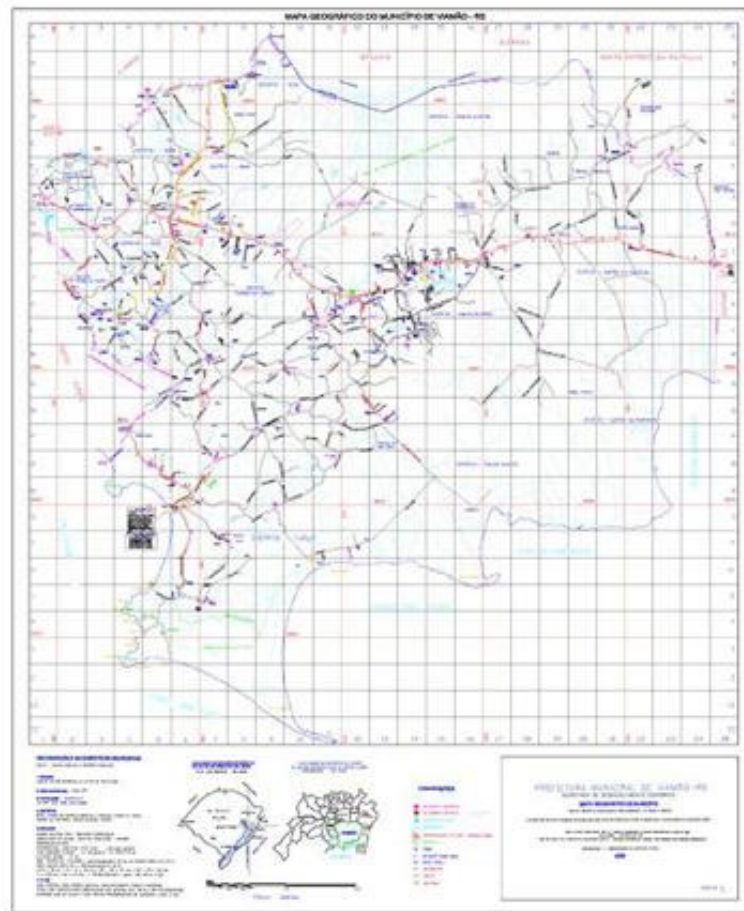


Figura 2: Mapa do município de Viamão - Fonte: www.viamao.rs.gov

O mapa a seguir se refere ao espaço territorial destinado pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) ao projeto Assentamento Viamão ou Assentamento Filhos de Sepé. O referido Assentamento é dividido em quatro setores, que foram denominados pelo INCRA, por ocasião da demarcação das terras, de setor A, B, C e D. Posteriormente os assentados passaram identificar o setor A como Assentamento Sepé Tiaraju; o setor B foi chamado de Assentamento Milton Baldin; o setor C foi denominado Assentamento Novo Horizonte, e finalmente o setor D foi denominado Assentamento Águas Claras.

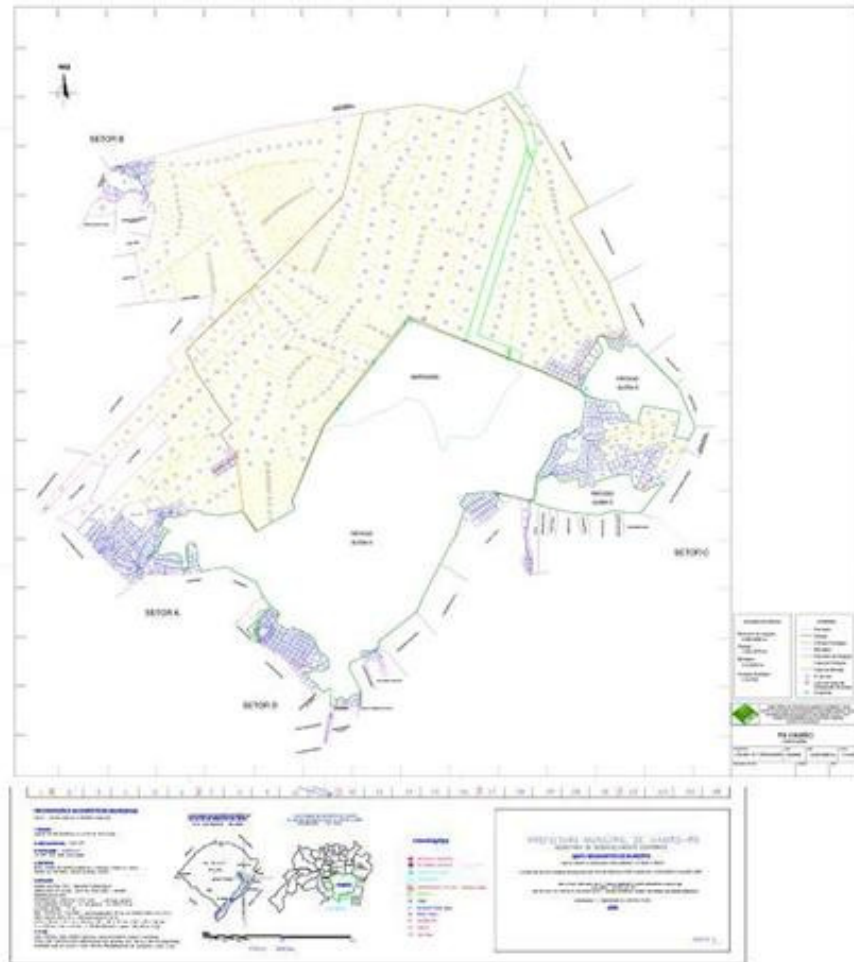


Figura 3: Mapa do Assentamento Filhos de Sepé, localidade de Águas Claras, Viamão
Fonte: Prefeitura Municipal de Viamão

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 Desenvolvimento rural

O termo desenvolvimento rural é bastante complexo, sendo difícil uma definição por apenas uma das teorias dos diversos campos de estudo, tais como economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, etc.

Podemos analisar o desenvolvimento rural sob três enfoques: exógeno, endógeno e uma combinação dos dois. O primeiro enfoque seria a partir de um desenvolvimento rural imposto por forças externas. Um exemplo seria a aplicação de políticas públicas como forma de incentivar o desenvolvimento rural. O segundo enfoque centraliza-se num desenvolvimento local, predominantemente a partir de recursos locais. O terceiro enfoque é baseado na união das forças internas e externas, onde os atores sociais estão envolvidos tanto redes locais como externas, variando significativamente entre as regiões.

Conforme van der Ploeg et al. (2000), o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do desenvolvimento rural, no qual se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros. Para esses autores, o desenvolvimento rural é um “processo multi-nível, multi-atores e multifacetado”. Analisando o primeiro aspecto citado anteriormente, deve-se considerar o desenvolvimento rural num nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade; num nível intermediário, como novo modelo para o setor agrícola, com particular atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais; o terceiro nível é o da firma individual, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade.

4.2 Pluriatividade

A pluriatividade nos países desenvolvidos é amplamente difundida, especialmente nos países desenvolvidos da Europa. *Pluriactivité* é uma importação acadêmica das atribuições que técnicos e organismos públicos franceses dos anos 60 usavam para caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas.

Na década de 70, para muitas autoridades o agricultor de tempo parcial, aquele que tinha atividade na agricultura e também fora dela, era considerado um obstáculo para a modernização produtiva das unidades agrícolas. Acreditavam que as rendas obtidas fora da propriedade estaria satisfazendo aquele agricultor que estava substituindo a renda da atividade agrícola pelas rendas obtidas fora dela.

A partir de 1975, cientistas sociais motivados pelo desenvolvimento rural perceberam que a pluriatividade era uma forma de trabalho que proporcionava uma alternativa de fixação da população no meio rural, de redução das migrações e de assimilações dos impactos da modernização agrícola.

Segundo Fuller (1990, p. 367) a expressão pluriatividade tem sido amplamente utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas com cash, mas com pagamentos em espécie, através da permuta de trabalho e outros arranjos informais. Desta forma a pluriatividade serve para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade. Para Fuller (1990, p. 367):

a pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (home-based farming). As propriedades monoativas praticam somente a agricultura. A atividade básica do operador principal não determina o estatuto do trabalho da unidade mas apenas a atividade da propriedade. Nós precisamos examinar casos empíricos que determinam os padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho em atividades específicas. A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de rendas do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

4.3 Estrutura fundiária

A desigualdade na distribuição de terras no Brasil, ocorre desde o início da colonização. Nossa herança colonial, que iniciou pelas sesmarias, deu início aos grandes latifúndios do país.

De acordo com Oliveira (2004, pg.45), quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. As sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial.

Oliveira (2004), afirma que os princípios que marcaram a concentração fundiária no Brasil nunca deixaram de existir. A exemplo disso, a Constituição de 1946, que vigorou até 1967, e as que antecederam-na, definiam em 10.000 hectares a área de terra devoluta máxima a ser vendida a brasileiros natos ou naturalizados. Mas sempre previram que com autorização do Senado Federal, essa área poderia ser maior, e foi o que aconteceu na década de 70, quando a Constituição de 1967 baixou a área máxima para 3.000 hectares. Naquela época, o Senado Federal autorizou, por exemplo, o governo do Mato Grosso a vender no então município de Aripuanã, 5 áreas de 200.000 há, ou seja, 1 milhão de hectares de terras deveriam ser entregues a cinco proprietários apenas.

A partir da independência e do fim da escravidão o governo abriu a possibilidade de legalizar os latifúndios através da posse da terra com a Lei de Terras Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil, a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro, que permitia a compra e venda de terras somente através do pagamento em dinheiro, tornando-se inviável o acesso a terra para os escravos libertos.

Os então escravos libertos passaram a vender sua mão de obra a preços irrisórios, vivendo miseravelmente, refém dos latifundiários. Muitos foram em busca de oportunidades nos grandes centros, passando a viver e a sentirem-se marginalizados pela sociedade.

O predomínio do setor primário se deu até o início dos anos 60, onde a partir

daí foi sendo introduzido um modelo de desenvolvimento semelhante a outras partes do mundo, onde a importação passou a ser substituída por uma crescente industrialização. A partir da década de 60, os governos militares passaram a investir na modernização dos latifúndios passando a ignorar o pequeno agricultor.

Este comportamento adotado pelos governos brasileiros provocou a concentração de terras e renda e em consequência, a migração em massa da população para os grandes centros, em um curto espaço de tempo, ocasionando um inchaço nas cidades, onde a população passou a viver em precárias condições.

A realidade atual não difere muito desta que acabamos de descrever. De acordo com o II Plano Nacional de Reforma Agrária, a desigualdade no acesso à terra no Brasil é ainda maior do que a distribuição de renda.

A reforma agrária se faz necessária, pois segundo PAIM (1963), GUIMARÃES (1963) e RANGEL (1962) o latifúndio deveria ser superado para que o país pudesse ampliar a cidadania e o bem-estar dos trabalhadores rurais e o pleno desenvolvimento, inclusive o industrial. Assim, a reforma agrária teria um papel revolucionário, pois, com a distribuição de terras, seria possível superar as velhas relações de produção, herança do feudalismo colonial que travavam o desenvolvimento da agricultura.

Esta é uma das razões pela qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras luta incansavelmente para que mais áreas improdutivas venham a ser desapropriadas e destinadas a reforma agrária, com intuito de promover a inclusão social e econômica de famílias que vivem em situações sub humanas. É através da reforma agrária que muitas pessoas vêem a esperança do acesso a terra, de poder viver dignamente produzindo para seu auto sustento.

De acordo com o site do Incra (28/01/2001), reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona: a desconcentração e democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e renda; o combate à fome e à miséria; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; a interiorização dos serviços

públicos básicos; a redução da migração campo-cidade; a democratização das estruturas de poder; a promoção da cidadania e da justiça social.

Estudos apontam que a reforma agrária e a criação de assentamentos foram marcados por uma origem conflituosa, onde a participação de diferentes movimentos sociais foi decisiva na efetivação dos programas de distribuição de terras. A regularização da posse de terras das famílias que já ocupavam estes espaços e das beneficiárias de áreas reformadas tiveram enorme contribuição para a transformação de ordem econômica, política e social no meio onde estão inseridos, principalmente no que diz respeito a criação de empregos.

De acordo com Leite (2003), “se antes os proprietários de terras constituíam a referência básica nos municípios, cada vez mais se torna necessário levar em conta os novos atores que emergem do processo de alteração local da estrutura fundiária. Em muitos dos casos analisados, fica visível um certo deslocamento do eixo das relações de poder local. Em função do aumento populacional gerado por essa desconcentração, também tem se verificado uma alteração no desenho de municípios, com a criação de distritos e de novas prefeituras. A presença dos assentamentos tem, igualmente, modificado a paisagem, o padrão de distribuição da população rural, o traçado das estradas, levando em diversas situações a formação de novos aglomerados populacionais rurais, mudando o padrão produtivo”.

Quando comparado a estrutura produtiva dos estabelecimentos existentes nas regiões, os projetos de reforma agrária têm potencializado a economia dos municípios onde estão inseridos tendo como base um processo produtivo mais diversificado. Conforme Leite (2003):

Para além da relevância do número de novos produtores que entram como tal no mercado, introduzindo maior oferta de produtos, em especial alimentares, os assentados aumentaram sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, comércio local e até mesmo nas cidades vizinhas, como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral.

De acordo com a citação de Leite, podemos notar que os assentamentos rurais podem proporcionar o desenvolvimento nas localidades onde estão inseridos.

4.4 Políticas públicas

A implantação de políticas públicas como forma de promover o desenvolvimento rural é fundamental para a agricultura familiar. Para o termo políticas públicas não existe uma única definição. Souza (2006, p.24) cita conceitos de alguns autores:

Mead (1995) define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Segundo Souza (2006, p.25), “definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos”.

Já para Delgado (2001, p. 16), no que diz respeito as políticas públicas para a agricultura, relacionadas a intervenção do Estado nesta área tem uma longa tradição, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Para o autor, o objetivo fundamental do Estado tem sido regular os mercados agrícolas, garantindo preço e renda para os agricultores, e estimular a produção doméstica, de modo que o abastecimento alimentar especialmente o urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados.

Em se tratando de políticas públicas para a agricultura familiar, foi formada uma rede de segurança alimentar, aliada ao fornecimento da merenda escolar, através do Plano de Aquisição de Alimentos (PAA), envolvendo grande parte das famílias assentadas do assentamento Filhos de Sepé. PAA é um programa que está dispensado da Lei nº. 8.666/03¹⁰, tornando mais simples e prático o processo de aquisição de produtos da agricultura familiar.

Segundo Mielitz Netto, em seu artigo “As compras públicas como um instrumento de estímulo à agricultura familiar” sugere que os resultados do PAA são

¹⁰ Lei de Licitações para compras públicas.

amplamente positivos. Para o autor “a coordenação de políticas de oferta alimentar proporcionam melhores condições de mercado e renda para os agricultores familiares”.

Outra política pública que veio beneficiar a agricultura familiar contribuindo para o desenvolvimento rural, foi a Lei 11.947/09¹¹, implantada pelo governo federal, com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional dos alunos da rede pública. A partir da 11.947/09 torna-se obrigatória a aquisição de no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar dos alunos da rede pública. Um dos pontos fortes da lei da merenda escolar para os assentados está no seguinte artigo: “Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.” (www.planalto.gov.br)

Com a prioridade dos produtos oriundos de assentamentos da reforma agrária, o assentamento Filhos de Sepé tem destinado grande parte de sua produção à merenda escolar do município de Viamão e região metropolitana.

Outro fator que potencializa o desenvolvimento rural é o escoamento da produção do assentamento através do fornecimento de alimentos para CONAB.

Mielitz Netto (2010), na XIV Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), ocorrida nos dias 17 e 18 de novembro de 2010, comparou dados revelados pelo Censo da Agricultura Familiar, que apontam que a agricultura familiar é responsável por 78,8% dos empregos gerados na agricultura brasileira. Para Mielitz (site do MDA, 2010), “os estabelecimentos da agricultura familiar empregam 15,4 pessoas a cada 100 hectares, enquanto que os estabelecimentos não familiares empregam 1,7 pessoas na mesma área”.

Além disso, ainda no que diz respeito à aplicação de políticas públicas, o assentamento conta com serviço de energia elétrica, contemplado pelo projeto do

¹¹ Lei que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Governo Federal denominado Luz para Todos, numa ação integrada e coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, indicada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os assentados também contam com água potável em todo o assentamento, assim como estradas em boas condições para o tráfego de veículos, máquinas e transporte coletivo e escolar.

Sabemos que a manutenção do grupo é fundamental para a formação da identidade do assentamento, composta por pessoas oriundas de variados movimentos sociais, de situações e lugares distintos que passam a conviver e compartilhar uma mesma trajetória de vida em busca de um mesmo ideal. Além disso, os assentados buscam e possuem os mesmos direitos de um produtor rural, tais como bloco de produtor, energia elétrica com tarifação rural, créditos destinados ao produtor rural, entre outros. Segundo Leite (2003):

A presença dos assentamentos enquanto unidades territoriais e administrativas, novas referências para políticas públicas, traz em si modificações na zona rural em que eles são implantados, resultando numa ampliação das demandas de infra-estrutura e em pressão sobre os poderes políticos locais, estaduais e federal, redimensionando o tema do acesso às políticas públicas.

No contexto municipal de Viamão, a presença organizada do assentado, através do MST, foi, aos poucos, determinando uma relação positiva e propositiva com o Poder Municipal, assim como “no caso de Teodoro Sampaio, por exemplo, a existência do núcleo dirigente do MST, morador dos assentamentos do município fez com que a Prefeitura se voltasse mais e mais para os PAs. É importante frisar que o MST não entra nesse jogo – ou não é percebido como parceiro pelas Prefeituras – senão quando atua quase como partido da base aliada do governo federal. A organização, mesmo não tendo representação formal, partilha de cargos no governo Lula, sobretudo via militantes ou simpatizantes - seja no MDA, no INCRA e na CONAB.” (www.sober.org.br)

A seguir faremos um breve histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um dos movimentos pioneiros na luta pela terra no Brasil.

4.5 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Devido a concentração de terras e renda existente em nosso país, um grupo de pessoas viu a necessidade de formar uma organização para reivindicar seus direitos no sentido de promover a reforma agrária, visando a distribuição de terras de forma justa.

Com o fim da ditadura militar e da retomada democrática no Brasil, os camponeses passaram a se reorganizar na retomada da luta pela reforma agrária.

Em 1984, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, representantes dos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações reuniram-se em Cascavel, Paraná, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para fundar o MST. Apesar de os movimentos organizados pela reforma agrária no Brasil serem relativamente recentes, remontando apenas às ligas camponesas - associações de agricultores que existiam durante as décadas de 1950 e 1960 - o MST entende-se como herdeiro ideológico de todos os movimentos de base social camponesa ocorridos desde que os portugueses entraram no Brasil, quando a terra foi dividida em sesmarias por favor real, de acordo com o direito feudal português, o que excluiu em princípio grande parte da população do acesso direto à terra. Contrariamente a esse modelo concentrador da propriedade fundiária, o MST declara buscar a redistribuição das terras improdutivas.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem seu marco em outubro de 1985, com a ocupação da fazenda Anoni¹². Em 1960, o governo estadual expulsa os camponeses assentados de uma reserva indígena, na localidade de Encruzilhada Natalino, para o reassentamento de índios nesta área.

Cerca de 1500 famílias agricultoras desalojadas, reagiram espontaneamente, montando acampamento e ocupando a fazenda vizinha, conhecida por fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, outubro de 1985. Na época, 1500 famílias montaram um acampamento na fazenda Anoni.

¹² Situada nos municípios de Pontão e Sarandi, no Norte do Rio Grande do Sul.

A partir daí, a sociedade local, e outras organizações como a Comissão Pastoral da Terra, assim o núcleo que daria origem ao Partido dos Trabalhadores, passam a apoiar o grupo de camponeses, que sai vitorioso.

Atualmente na fazenda Anoni, objeto de um processo de desapropriação que durou 14 anos, numa área de 9.170 hectares, vivem 460 famílias assentadas.

A ocupação da fazenda Anoni marca a origem do MST que passa a se organizar em âmbito nacional. A bandeira de luta do movimento consiste na ocupação de terras improdutivas, como forma de pressionar o governo para acelerar o processo de reforma agrária. Reivindicações quanto a empréstimos também são pautadas para que realmente se possa produzir nas terras destinadas à reforma agrária. Para o MST, é muito importante que as famílias possam ter escolas próximas ao assentamento, de maneira que as crianças não precisem ir à cidade e, desta forma, fixar as famílias no campo.

Atualmente o movimento é organizado em 24 estados brasileiros, a partir das comissões de frente, responsáveis por temas como saúde, direitos humanos, gênero, educação, cultura, comunicação, formação, projetos e finanças, produção, cooperação, meio ambiente e frente de massa.

O MST a partir de sua manifestação impactante universalizou sua causa e tornou conhecida a necessidade de fazer valer o direito dos seres humanos de terem seu espaço para morar e promover seu sustento e ainda trouxe à tona a ocupação improdutiva de terras por pessoas que visam apenas terem posses. A maior instância da organização é o Congresso Nacional, que acontece a cada cinco anos. No entanto, este congresso é apenas para ratificação das diretivas - não é um momento de decisões. Os coordenadores e os dirigentes nacionais, por exemplo, são escolhidos no Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos. A Coordenação Nacional é a instância operacional máxima da organização, contando com cerca de 120 membros. O MST adota o princípio da direção colegiada, onde todos os dirigentes têm o mesmo nível de responsabilidade.

O movimento recebe apoio de organizações não governamentais e religiosas, do país e do exterior, interessadas em estimular a reforma agrária e a distribuição de

renda em países em desenvolvimento. Sua principal fonte de financiamento é a própria base de camponeses já assentados, que contribuem para a continuidade do movimento.

O MST se articula junto a uma organização internacional de camponeses chamada Via Campesina, da qual também faz parte o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e agricultores da Europa, EUA, África, Ásia e Américas. A Via Campesina tem como objetivo organizar os camponeses em todo o mundo. Ele também está vinculado com outras campanhas nacionais e internacionais, como a Via Campesina do Brasil, que reúne alguns dos movimentos sociais brasileiros do campo, e contra a Área de Livre comércio das Américas (ALCA).

5. METODOLOGIA

Como método de pesquisa para a realização do presente trabalho, foi adotada a abordagem qualitativa que de acordo com Gehardt &Silveira (2009) o enfoque da abordagem qualitativa da pesquisa tem como preocupação em compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais, aspectos da realidade que não podem ser quantificados, e que, o enfoque da abordagem qualitativa da pesquisa tem como preocupação em compreender e explicar as dinâmicas das relações sociais, aspectos da realidade que não podem ser quantificados.

A pesquisa bibliográfica também foi utilizada, valendo-se de informações através de referências teóricas impressas, assim como de meios eletrônicos.

Sobre a pesquisa qualitativa aqui adotada, tomou-se como viés o estudo de caso, realizado através de visita a algumas propriedades e o uso de entrevistas com os assentados do assentamento Filhos de Sepé.

Para realização deste estudo foi realizado em roteiro de entrevistas, apresentado ao final do trabalho. Participaram da construção dos dados para este estudo, seis (06) pessoas que foram entrevistadas no mês de janeiro de 2011. Um dos entrevistados forneceu dados referentes à produção de arroz, outro forneceu entrevista focando a produção de leite, outro entrevistado falou sobre a atividade de plantas medicinais, paralela a atividade de manicure, cabeleireira e massagista. Por fim foram entrevistados um produtor de gado e o responsável pelo centro de eventos do assentamento.

O capítulo adiante discorrerá sobre a coleta e análise de dados, apontando seus aspectos positivos e negativos.

6. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados para a realização deste trabalho foram coletados no assentamento Filhos de Sepé, situado no município de Viamão, região metropolitana do Estado. Tais dados compõem um estudo de caso referente ao processo de produção de alimentos no assentamento e como este trabalho contribui para o desenvolvimento local.

Numa área total de 9420 hectares, 3062 hectares é área de preservação ambiental, de propriedade da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que 3595 hectares são próprios para produção de arroz e a área restante para os demais cultivos. O assentamento é organizado em quatro setores que são: (A) Assentamento Sepé Tiaraju; (B) Assentamento Milton Baldin; (C) Assentamento Novo Horizonte; (D) Assentamento Águas Claras.

Os assentados vieram de todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Alguns assentados têm origens domiciliares no município de Cruz Alta, Santa Cruz, Cerro Largo, Santo Ângelo, Ijuí, Passo Fundo, Santa Rosa, Porto Alegre, entre outros.

Inicialmente os assentados ficaram acampados em lonas, em situações sub humanas. Famílias inteiras, com crianças e idosos enfrentavam muitos dias de frio, chuva, temporal e também de intenso calor. Sofreram racionamento de água e comida. Além disso, sofreram muita discriminação e humilhações.

Um exemplo que aponta para o desenvolvimento econômico da localidade é o crescimento de um mercadinho situado nas proximidades do assentamento. Este mercadinho, no início da instalação das famílias, deu crédito aos assentados, passando a fornecer alimentos e outros itens básicos, anotando no caderno para receber posteriormente quando chegasse a ajuda do governo e os primeiros frutos do trabalho fossem colhidos. Atualmente é um dos maiores supermercados da região e os assentados tiveram grande responsabilidade no desenvolvimento deste comércio.

Outra contribuição que partiu do assentamento está relacionado ao ramo da construção civil. Inicialmente o governo concedeu 2,5 mil reais para as 376 famílias darem início as suas moradias. Em 2006, o INCRA, através de um convênio do

Programa de Consolidação e Emancipação dos Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC), beneficiou o assentamento Filhos de Sepé, com um montante 5,9 milhões de reais, proporcionando um impacto econômico na localidade, através da compra de materiais de construção. Somente em um estabelecimento comercial do ramo de madeireiras foram gastos em torno de 3 milhões de reais em material de construção, conforme aponta um entrevistado. (As afirmações acima citados foram feitas por um dos entrevistados).

De acordo com o site do MST, os recursos foram utilizados em obras de infraestrutura básica com a promoção de melhorias habitacionais, construção de fossas sépticas e sistemas de abastecimento; infra-estrutura social, com a construção e reformas das sedes sociais; e infra-estrutura produtiva – projetos para irrigação e drenagem, incremento da produção de mel, florestamento energético, piscicultura, gado de corte e leite e fortalecimento da produção de auto-sustento. De acordo com site do MST, o prefeito de Viamão, Alex Boscaini, comentou, na ocasião, que a verba liberada para investimentos no assentamento equivale a tudo o que a prefeitura tem para investir no município em um ano.

A organização dos assentados foi fundamental para a conquista dos investimentos. Os assentados além de se organizarem em núcleos, fundaram no início de 2005, a associação dos moradores do assentamento que leva o nome de AFISE – Associação Filhos de Sepé. A associação tem por objetivo promover a unidade no assentamento, tornado-se um elo entre os assentados e as esferas governamentais, na busca de projetos que visem o desenvolvimento da comunidade assentada. A associação é responsável pelas ações junto ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e por ações junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Devido à diversidade na colonização do assentamento, cada assentado trouxe consigo a sua cultura, oriunda de sua região. Por isso, no assentamento são cultivados diversos produtos como frutas, hortaliças, arroz, milho, feijão, leite, carne, artesanato e outros. Todos os setores produzem de tudo, com exceção do setor B que não produz, por estar situado em terreno bastante acidentado, onde residem 20 famílias que se auto sustentam da criação de gado de corte e leite.

Como o assentamento está situado em uma área de preservação ambiental,

toda a produção realizada é totalmente orgânica. A fruticultura e o arroz possuem certificação de produção orgânica. Em caso da utilização de algum tipo de agrotóxico, o assentado corre o risco de ter seu lote de terra retirado pelo INCRA.

No assentamento são produzidos os mais diversos tipos de produtos tais como arroz, feijão, milho, batata, aipim, moranga, abóbora, beterraba, cenoura, além de muitas outras variedades de verduras e hortaliças. Tem a produção de leite, queijo, carne, entre outros alimentos, e também o artesanato.

A produção de arroz é a mais importante do assentamento, sendo produzidos em torno de um mil hectares de arroz orgânico por safra. É a maior produção de arroz orgânico do Brasil, onde existem em torno de 150 produtores envolvidos no processo.

Um fato que preocupa os produtores de arroz é o controle das ervas daninhas, que para eles não são consideradas daninhas, pois elas contribuem para o equilíbrio da natureza. Conforme aponta um dos entrevistados, "... não é fácil, são mais de um mil hectares tentando dominar as ervas daninhas, não daninhas".

A produção do arroz é destinada a Cooperav¹³, cooperativa responsável pelo beneficiamento, embalagem e rotulagem. A embalagem do arroz tem a marca "Terra Livre" e a certificação orgânica de uma certificadora da Suíça. Todo o processamento do arroz é realizado fora do assentamento, tornando o beneficiamento e o transporte do produto outra preocupação para os produtores. "O arroz orgânico é uma cultura praticamente inviável para a agricultura familiar, devendo ser uma agricultura cooperada", conforme pondera o entrevistado daquele setor. Outra dificuldade da cultura do arroz se adaptar a agricultura familiar é a pouca mão de obra utilizada. "O arroz não dá mão de obra, não tem serviço, é a máquina que faz tudo".

Neste processo, existem alguns contrapontos. A produção do arroz orgânico é muito cara, sendo muito difícil para ser sustentada pelo pequeno produtor. É uma cultura que dispõe de pouca mão de obra e muita tecnologia. Se não for cooperativado, o pequeno agricultor não tem condições de cultivar seu lote sozinho, pois não é todo o produtor que dispõe de máquinas para trabalhar na lavoura ou de recursos para adquiri-las. Além do custo da lavoura, o agricultor tem o custo do

¹³ Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão

beneficiamento da matéria prima. A estrutura para beneficiar o arroz tem um valor bastante alto, sendo necessário um descascador e secador orgânico. Também tem o custo da embalagem e rotulagem do produto.

Outro fator que eleva bastante o custeio da produção de arroz orgânico é a certificação orgânica, que atualmente é feita por uma certificadora da Suíça, que cobra um valor muito caro para vir até o Brasil fazer a inspeção e a certificação do produto.

Assentados, líderes da região de Porto Alegre e Viamão ligados à produção e comercialização de produtos orgânicos vêm se reunindo para fundar uma certificadora solidária nacional, nos padrões da Rede Ecovida de Agroecologia (Ecovida). A criação da certificadora torna o trabalho com o cultivo mais viável, mais sustentável. E para a segurança do produto, seria necessário também um secador próprio para o arroz. Pois, “corre-se o risco de encaminhar o arroz para um secador, onde antes do arroz orgânico, secou um arroz convencional, vindo a contaminar o arroz puro, e no ato da certificação ficaria prejudicado”.

Primeiramente, a produção do arroz é destinada ao consumo próprio, visando o abastecimento do assentamento. Entretanto, grande parte da produção do arroz é destinada à merenda escolar, uma política pública criada através da Lei nº. 11.947/09, que veio facilitar a vida do agricultor familiar. Assentados ligados ao cultivo projetam para 2011, fornecer para merenda escolar cerca de 30 mil kg de arroz.

O maior problema enfrentado pelos produtores de arroz é a falta de políticas públicas para combater a estiagem, que todo o ano afeta a lavoura. Alguns produtores já propuseram o debate com os governos municipal e estadual no sentido de buscar soluções para este problema que é previsível. As soluções apontadas pelos produtores seriam projetos para a construção de barragens e de reservatórios para a coleta e aproveitamento da água das chuvas. Mas, sem a participação do poder público, este projeto se torna inviável devido ao alto custo.

Outra política pública necessária para o desenvolvimento rural do assentamento seria a ampliação do crédito limitado em oito mil reais para o fornecimento de alimentos para a CONAB.

Um grande problema enfrentado pelos assentados é em relação aos

produtores vizinhos da divisa do assentamento. Muitos desses produtores utilizam o método convencional em suas produções, aplicando defensivos químicos sobrevoando a plantação, vindo a contaminar o assentamento. Os assentados carecem de uma política pública que inibisse esta prática, para que a produção orgânica do assentamento não fosse prejudicada.

Outra uma atividade que vem conquistando espaço no assentamento e no comércio local é a fruticultura. Sua produção tem um custo muito baixo e o produto está ganhando mercado através da merenda escolar. As demais atividades realizadas no assentamento também exercem papel importante, através do fornecimento de alimentos para o assentamento e para a localidade, proporcionando uma alimentação diversificada e de alta qualidade.

De um modo geral, o assentamento Filhos de Sepé possui excelentes condições sociais. Dispõe de uma boa infraestrutura como estradas, energia elétrica e água potável. Também tem disponível transporte coletivo e escolar. As casas de moradias encontram-se em boas condições, apresentando uma boa higiene tanto interna como externa. Em sua maioria as residências possuem bons móveis e eletrodomésticos, até mesmo computadores com internet, dispendo de todo um conforto para uma melhor qualidade de vida. Muitos assentados possuem carros e motos em excelentes condições de uso, além de máquinas para o trabalho agrícola.

No assentamento, a coordenação do movimento disse não haver famílias que vivem em situação de miséria. Como em todo lugar, existem algumas desigualdades, uns têm mais outros têm menos, dependendo muito da intensidade do trabalho de cada assentado.

Também desconhecem o envolvimento de jovens assentados com drogas e entorpecentes. Existem poucos casos de assentados, alguns chefes de família, que têm problemas de alcoolismo. Neste sentido, o assentamento necessita de uma política pública que proporcione um acompanhamento com assistente social, psicólogo e outras especialidades necessárias a reabilitação do indivíduo.

O assentamento possui um grande potencial turístico, necessitando de projetos para captação de recursos para a melhoria das estruturas, sendo mais uma contribuição para o desenvolvimento econômico e social do assentamento.

Passaremos as entrevistas realizadas com os produtores do assentamento.

6.1 Produtor de gado

O assentado entrevistado é militante do MST há 15 anos e reside no assentamento desde sua criação, há 12 anos. É natural de Cruz Alta, oriundo do acampamento de Santo Antônio das Missões.

No assentamento, trabalha na área da agropecuária, mais especificamente na criação de gado de leite e corte. Mas a atividade agropecuária não é a única fonte de renda da família. Este produtor é funcionário, na condição de cargo em comissão, da Prefeitura Municipal de Viamão, atuando na área de conservação das estradas rurais do município.

A família do agricultor, composta de quatro pessoas, tem um rendimento médio de três salários mínimos. Sua esposa trabalha na horta e também trabalha como diarista fora do assentamento. A produção, primeiramente é destinada ao consumo da família e o excedente para a venda, que é comercializada informalmente, beneficiada ou in natura.



Ilustração 2: Rebanho de gado de corte - Fonte: Adriana Silva

Na visão do assentado, a contribuição que ele e sua família proporcionam para o assentamento é a geração de alimentos como todo pequeno agricultor. Para o município, ele acredita que contribui financeira e culturalmente para o crescimento do município.

Para o produtor assentado “...a importância é que os alimentos do PA (Projeto Assentamento) de Viamão são livres de venenos, economicamente ajuda ter melhor saúde, o que gera menos despesa para o governo e movimenta a economia das lojas do município.”

6.2 Produtor de arroz

O produtor de arroz assentado participa do MST há mais de 20 anos e a 12 anos de assentamento. Natural da região do Alto Uruguai era criador de porcos. Segundo ele, quando o sistema passou a ser integrado, com o mercado dominado pela empresa Sadia, quem não se integrasse era “engolido” por este sistema.

Como sua propriedade era pequena, a criação de porcos tornou-se inviável e a partir daí passou a trabalhar na lavoura de fumo. Como o agricultor sempre foi alérgico aos venenos teve que deixar a lavoura de fumo e se dedicar a outras culturas. Foi quando passou a reivindicar seus direitos pela “terra livre”, buscando espaço no assentamento.

Grande defensor do meio ambiente, o agricultor entrevistado passou a produzir arroz orgânico. Conforme pondera o agricultor, o arroz é o principal produto do assentamento, porém é uma atividade bastante cara para o agricultor familiar, por isso deve ser feita de forma cooperativada, pois é impossível cada agricultor produzir no seu próprio lote. O agricultor destaca que uma característica da lavoura de arroz é a pouca mão de obra utilizada, o serviço é praticamente todo mecanizado.

O produtor considera que ainda estão trabalhando na matéria prima, pois o beneficiamento do arroz é todo feito fora do assentamento. O arroz é descascado, seco, embalado, rotulado e certificado todo fora, encarecendo ainda mais a produção, sendo que grande maioria é destinada à merenda escolar.

A industrialização é considerada um entrave para os produtores, pois além de encarecer a produção corre-se o risco de ter o produto contaminado, haja vista que ele é beneficiado fora do assentamento. O que tem dado mais segurança aos produtores de arroz é a alta produção que possibilitou um convênio com um secador orgânico para a secagem do produto.

O produtor entrevistado se queixa bastante do pouco investimento que o governo dispõe para o pequeno agricultor. Segundo ele, não tem dinheiro para a agricultura familiar, mas tem para o agronegócio.



Ilustração 3: Arroz orgânico embalado - Fonte: Adriana Silva

Este produtor de arroz é considerado uma liderança dentro do assentamento. É uma pessoa bastante comprometida com a produção de alimentos orgânicos. É uma pessoa bastante esclarecida, compondo a comissão que estuda a criação de uma certificadora solidária, nos padrões da certificadora Ecovida¹⁴. O agricultor acredita que a sua contribuição vem através da produção dos alimentos e das lutas políticas em benefício do assentamento.

6.3 Cabeleireira, manicure, massagista e produtora de plantas medicinais

A assentada e entrevistada neste tópico é esposa do produtor de arroz entrevistado anteriormente. A entrevistada participa do MST há mais de 25 anos juntamente com seu esposo e mora há 12 anos no assentamento.

A principal atividade da assentada é no salão de beleza, onde exerce as atividades de cabeleireira, manicure e massagista. Também presta muitos

¹⁴ Rede Ecovida de Agroecologia, certificadora credenciada pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

atendimentos a domicílio, principalmente de massagem, pois muitas vezes as pessoas estão impossibilitadas de andar até sua casa, onde presta atendimento.



Ilustração 4: Propriedade com salão de beleza - Fonte: Adriana Silva

A entrevistada também trabalha com a produção de plantas medicinais. Chegou a realizar um curso para a manipulação de chás e remédios, montando o que ela chama de “farmacinha”. Quando o assentamento ia para as feiras a assentada levava seus produtos para comercializar. Foi uma grande batalhadora na luta por um espaço maior, conquistado no Mercado Público, de Porto Alegre. Infelizmente, devido às normas sanitárias, seus produtos processados eram proibidos de serem comercializados neste espaço.

A agricultora passa a maior parte do tempo sozinha, pois seu esposo fica a maior parte da semana na lavoura de arroz, distante 12 km de sua casa. Por tomar conta de tudo sozinha e em razão do trabalho exaustivo a assentada comenta que ficou bastante doente, vindo a procurar um naturalista. Ela contou sua trajetória de vida, salientou sua experiência pessoal com ervas medicinais e do interesse de outras pessoas pelo assunto.



Ilustração 5: Produção de ervas medicinais - Fonte: Adriana Silva

Ao longo do tratamento, a entrevistada convidou o naturalista para dar consultas em sua casa, no assentamento. A partir de então, fizeram uma parceria, onde o profissional realiza as consultas e a assentada fornece alguns chás e produtos indicados no tratamento. Recentemente, há mais ou menos quatro meses, o profissional naturalista, atendia a cada 15 dias. A demanda foi aumentando e hoje ele faz consultas semanalmente, tendo todos os seus horários preenchidos.

A assentada passou a acumular mais uma função, a de secretariar este profissional. As consultas atraem muitas pessoas de vários lugares, como Gravataí, Porto Alegre, Capão da Porteira, Viamão, além dos moradores do assentamento, entre outros.

A técnica utilizada na fabricação dos derivados das ervas medicinais é artesanal. Consiste no uso de um destilador, onde são fabricados compostos líquidos, pomadas e sabonete.

Quando não dispõe das ervas necessárias em sua propriedade é necessário comprar fora. Quando isto acontece o lucro é praticamente zero, comenta a entrevistada. Por isso, sempre que sai de casa a assentada vai colhendo ervas de chás para compor seu estoque.

O rendimento econômico que o trabalho da assentada traz para a família é de aproximadamente dois salários mínimos, sendo que a maior parte provém da atividade com o salão de beleza, principalmente com as massagens.

Cabe salientar que as atividades desenvolvidas pela assentada são de suma importância para o desenvolvimento da família e da localidade. Além disso, os

clientes que o profissional naturalista atende também contribuem para a economia local.

Além das ervas, na propriedade são produzidos leite e algumas hortaliças para o consumo próprio, pois a terra é bastante arenosa não sendo adequada ao cultivo de outras culturas.

6.4 Produtor de leite

O produtor entrevistado é natural de Cerro Largo, oriundo do assentamento de Santo Antônio das Missões, militante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra há mais de 14 anos, é morador do assentamento há 12 anos.

O lote de terras do assentado é separado entre moradia e produção, e a área de moradia fica a 7 km de distância da área de produção, considerado um ponto negativo pelo produtor.

O entrevistado se auto sustenta exclusivamente do lote de terras, onde ele e sua esposa trabalham, porém o filho trabalha fora do assentamento.

Na propriedade são produzidos cerca de 80 litros diários de leite, coletados através de uma ordenhadeira, duas vezes ao dia. Na propriedade também se trabalha com a criação de gado de corte que destina sua produção ao consumo próprio e ao consumo dos assentados, assim como a produção de leite, que também é utilizada para a fabricação de queijos.



Ilustração 6: Produção de queijo e ovos - Fonte: Adriana Silva

A propriedade também dispõe da criação de porco, pato e galinha, ambos para consumo próprio. Segundo a esposa do assentado, somente com a comercialização dos ovos eles conseguem fazer dinheiro para abastecer a moto com gasolina durante o mês. Possuem um rendimento mensal de aproximadamente 1,8 mil reais.

O produtor tem um custo mensal com suplementos dos animais, como milho e ração, de aproximadamente 700 reais, valor que considera bastante alto. Quando é necessário compra alguma medicação para um resultado mais imediato, caso contrário, a medicação dos animais é caseira. De 15 em 15 dias vem da cidade de Gravataí um caminhão com ração, milho e outros suplementos para abastecer o assentamento. Isto facilita e barateia o custo da manutenção dos animais.

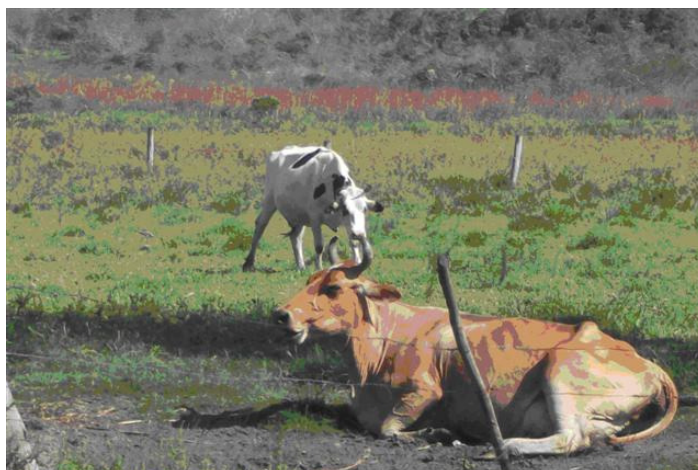


Ilustração 7: Gado de leite e corte - Fonte: Adriana Silva

Num momento de desabafo, a assentada, esposa do entrevistado produtor de leite, disse que a luta foi muito difícil. Que enquanto seu marido saía para luta nos acampamentos, ela enfrentava sozinha, por ser esposa de um sem terra, a discriminação e a humilhação por parte da sociedade e até mesmo por seus familiares. Segundo a assentada, tiveram uma redução econômica na compra de medicamentos que tomava para controlar a pressão devido a melhora na qualidade de vida que passou a ter no assentamento.

Segundo o assentado, hoje se consideram pessoas felizes por serem respeitadas, considerando-se pessoas incluídas na sociedade onde vivem. Considera muito importante ser autônomo, pois desta forma contribui para o

fornecimento de alimentos saudáveis para seus companheiros de assentamentos e da localidade.

6.5 Produtor de frutas e hortaliças

O produtor de frutas e hortaliças entrevistado é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde 1985, residindo no assentamento há oito anos. Na propriedade do entrevistado residem quatro pessoas, sendo ele, a esposa e dois filhos. Na propriedade, ele conta somente com a ajuda da esposa, pois o filho mais velho trabalha fora. O produtor também tem um trabalho temporário três vezes por semana, no ramo da construção civil, fora do assentamento.

Na propriedade também são produzidos gado de corte, leite, peixe e artesanato com base na lã de ovelha.

A fruticultura também tem sido muito importante para o assentamento e para o município de Viamão. A maior parte da produção de frutas é destinada à merenda escolar do município e região. Isto significa geração de emprego e renda, e qualidade de vida para as crianças que passam a consumir um alimento totalmente puro e saudável.

Além disso, também tem a produção de hortigranjeiros, que servem para o consumo próprio e o excedente é destinado à merenda escolar das escolas da localidade e arredores.

A produção dos alimentos é destinada ao consumo próprio, merenda escolar e a comercialização em mercados da região. Considera-se privilegiado devido à abundância de água que possui em sua área de terras. Somente com a horta tem um rendimento mensal fixo de 800 reais, chegando a ultrapassar juntamente com as outras rendas dois mil reais mensais, sendo que o rendimento maior é advindo da propriedade.



Ilustração 8: Produção de hortaliças - Fonte: Adriana Silva

O produtor disse que tudo o que necessita para sua sobrevivência e de sua família provém da propriedade e do assentamento. O produtor adquire no mercado externo somente alguns produtos de limpeza e sal.



Ilustração 9: Sementes orgânicas utilizadas na plantação de hortaliças – Fonte: Adriana Silva

O agricultor estuda um projeto para o processamento de goiaba e conservas. Não possui um produto específico como ‘o melhor’ em sua propriedade, pois segundo ele “todos têm a mesma importância”

Acredita que a contribuição de sua propriedade para o assentamento e para localidade é o fornecimento das frutas e verduras saudáveis, produzidas organicamente.

6.6 Centro de convenções

O zelador do centro de convenções Sepé Tiaraju é militante do MST e acampado no assentamento há mais ou menos dois anos. A única atividade do zelador é cuidar do Centro, ele não se envolve diretamente com a agricultura.

O centro de convenções possui uma completa infraestrutura destinada a receber alunos de diferentes origens e sediar eventos do próprio assentamento. O centro é composto por um salão de conferências com data show, refeitório, biblioteca e laboratório de informática.



Ilustração 10: Salão de conferências - Fonte: Adriana Silva

O centro recebe pessoas de diversos lugares do estado, do país e do mundo. Pessoas ligadas a outros movimentos sociais, estudantes e outras organizações também freqüentam o centro de formação.



Ilustração 11: Casa de leitura - Fonte: Adriana Silva

O centro oferece alojamento e refeições. Isto resulta num retorno econômico para o assentamento, pois toda alimentação fornecida no centro é feita com produtos cultivados pelos assentados. Além da contribuição econômica que o centro de convenções traz para o assentamento, também proporciona inclusão social e cultural.



Ilustração 12: Alojamento (antigo casarão da fazenda) - Fonte: Adriana Silva

Passaremos adiante para as considerações finais do trabalho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A meta deste estudo consistiu em identificar os produtores assentados envolvidos no processo de produção de alimentos e de que forma a produção de alimentos orgânicos no assentamento contribuiu para o desenvolvimento rural local.

Ao final deste trabalho podemos perceber que o assentamento Filhos de Sepé, de um modo geral, vem contemplando o que foi proposto pelo INCRA com relação ao uso da Terra. A partir da desapropriação da fazenda destinada a assentar 376 famílias, embora algumas famílias não tenham conseguido atender as exigências, a maioria encontra-se em plena atividade.

A contribuição dos assentados e assentadas pertencentes ao assentamento Filhos de Sepé tem se refletido não somente na localidade como também na região onde o assentamento está inserido. Esta contribuição é materializada principalmente, através da produção de alimentos, que abastece a localidade, além de se inserir no projeto do governo federal, através do fornecimento de alimentos para a merenda escolar, contribuindo para a segurança alimentar.

O assentamento também tem proporcionado um desenvolvimento econômico para a localidade. Através do aumento da renda das famílias, o movimento no comércio local vem crescendo, a aquisição de bens de consumo tem aumentado, possibilitando um crescimento da economia local.

Atualmente as famílias assentadas sentem-se, dizem-se respeitadas, diferente da realidade que enfrentaram no início do assentamento. Tal situação sugere que aos poucos, a luta pelo acesso a terra está sendo reconhecida pela sociedade e pelos governos.

O projeto de reforma agrária está voltado para o meio rural, mas também tem reflexos no ambiente urbano, nas áreas econômicas, sociais e culturais. Como mencionou Leite (2003) a presença dos assentamentos também atua como fator gerador de postos de trabalho não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc) e dinamizador do comércio local onde se inserem, fato que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados.

Independente dos/as entrevistados/as terem suas origens (locais) e

ocupações diferentes, estes tiveram a caminhada semelhante, percorrendo acampamentos, enfrentando sol, chuva, doenças, situação de confrontos em acampamentos provisórios. Os/as assentados/as afirmaram ter percorrido um longo caminho até conquistarem seu lote de terras e condições de vida digna. Na condição de assentados eles têm alimentos, moradia, infraestrutura básica e condições de trabalho para, de certa forma ressarcir o investimento aplicado pelo governo no projeto de assentamento.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco José. B.; COELHO; Jorge Artur P. M.; VASCONCELOS, Tatiana C. As políticas públicas e os projetos de assentamento. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22384.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2011;

Alimentação Escolar. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/noticias_det.jsp?PAG=1&ID=5896. Acesso em 02 de abril de 2011;

Ambev. Disponível em: <http://www.ambev.com.br/pt-br/imprensa/noticias> . Acesso em 28 de janeiro de 2011;

CHALITA, Marie Anne N. Agricultura familiar na citricultura paulista: A reconstituição da trajetória de um conceito. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/381.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2011;

Changaray, Wilson. Povo Guarani, um grande povo. Disponível em: <http://www.campanhagarani.org.br>. Acesso em 28 de janeiro de 2011;

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (Org). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001. pg. 15-52;

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. DERAD 05. Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. 2008;

Guerra guaranítica. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/guerra-guaranitica/guerra-guaranitica-1.php>. Acesso em 28 de janeiro de 2011;

GUIMARÃES, Alberto P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição, 1963.

Incra libera R\$ 5,9 milhões para infra-estrutura do assentamento Viamão. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1560:0&catid=1:ultimas&Itemid=278. Acesso em 26 de janeiro de 2011;

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2011;

Lei nº 11.947/09. Dispõe sobre merenda escolar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em 02 de abril de 2011;

Lei nº 12.366/05, Assembléia declara Sepé Tiaraju herói oficial do Estado. Disponível

em: <http://www.al.rs.gov.br>. Acesso em 28 de janeiro de 2011;

LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais: impactos locais e geração de emprego. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr11.shtml>. Acesso em 06 de abril de 2011;

MELLO, Paulo Freire. Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/7988> . Acesso em 28 de janeiro de 2011;

MELLO, Paulo Freire; NETTO, Carlos G.A. Mielitz. O assentamento rururbano e a reforma agrária na atualidade brasileira. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/439.pdf>. Acesso em 30 de janeiro de 2011;

MILLARCH, Aramis "Terra para Rose", o documentário do ano. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/terra-para-rose-o-documentario-do-ano> . Acesso em 30 de março de 2011;

NETTO, Carlos G. A. Mielitz. As compras públicas como instrumento de estímulo à agricultura familiar. Disponível em: <http://www.revistaagropolis.com/?p=1040>. Acesso em 25 de março de 2011.

OLIVEIRA, Naia; CENTENA Cristiano Viégas. Desafios da construção de um plano de desenvolvimento sustentável participativo para assentamento em área de proteção ambiental: notas introdutórias de pesquisa. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br>. Acesso 24 de janeiro de 2011;

PAIM, Gilberto. Industrialização e economia natural. Rio de Janeiro: ISEB, 1963 (Textos brasileiros de economia, 1).

Plano Nacional da Reforma Agrária. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br>. Acesso em 01 de dezembro de 2010;

RANGEL, Ignácio. Recursos ociosos na economia nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1962 (Textos brasileiros de economia, 7).

Prefeitura Municipal de Viamão. Disponível em: <http://www.viamao.rs.gov.br/viamao/viamao.php?id=3>. Acesso em 28 de janeiro de 2011;

Rede Ecovida de Agroecologia. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br>. Acesso em 30 de janeiro de 2011;

Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289. Acesso em 26 de janeiro de 2011;

Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Disponível em:

<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=atrativo&id=2262&bd=&fg=2>. Acesso em 28 de janeiro de 2011;

RIBEIRO, Paulo Silvino. O MST no Brasil. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/sociologia/mst.htm>. Acesso em 26 de janeiro de 2011;
SOUZA, Celina. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, pg. 20-45;

STÉDILE, João Pedro (coord.). A questão agrária na década de 90. 4. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. Conceituação de Agricultura Familiar: uma revisão bibliográfica. Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm . Acesso em 30 de maio de 2011;

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista no Assentamento Filhos de Sepé

1. Identificação do assentado:
2. Idade:
3. Número de pessoas na família:
4. Tempo de militância no MST:
5. Tempo no assentamento Filhos de Sepé:

6. Atividade do assentado no assentamento.

7. Qual a contribuição da atividade do assentado para o assentamento?

8. Qual a contribuição da atividade do assentado para a comunidade local?

9. O que é produzido na propriedade? E o que é produzido no assentamento?

10. O que é produzido na propriedade ou no assentamento é beneficiado ou comercializado in natura?

11. Qual o produto tem maior valor econômico dos que são produzidos?

12. Tem algum produto que é o carro chefe?

13. Quais custos têm com este produto?

14. Qual rendimento médio da família?

15. Tem algum tipo de planilha de custos e ganhos?

16. O senhor tem conhecimento do rendimento médio de cada família assentada? Qual?

17. Qual é a base econômica do assentamento?

18. Qual é a técnica utilizada na produção de alimentos do assentamento?

19. Qual é o destino da produção de alimentos?

20. Qual a importância da produção de alimentos oriunda do assentamento para o desenvolvimento econômico da localidade?

21. Qual a visão do assentado/entrevistado em relação à contribuição do assentamento para a comunidade local?